

Resenhas

The Sage Handbook of Environment and Society- Sage Publications: London, Los Angeles, Singapore, New Delhi, 2007, 626 pp. Editado por Jules Pretty, Andrew S. Ball, Ted Benton, Julia Guivan, David Lee, David Orr, Max Pfeffer e Hugh Ward.

Loreley Garcia¹

No final do ano de 2007, a *Sage Publications* lançou mais livro da coleção temática *Sage Handbook*, trata-se do *Sage Handbook of Environment and Society*.

O livro é extenso, são 626 páginas com colunas duplas. Apesar da extensão da obra, a amplitude dos temas abordados é pequena. Seus 41 capítulos estão divididos em sete seções: *Pensamento ambiental no passado e presente*, *Valoração do ambiente*, *Conhecimento e saber*, *Economia política da mudança ambiental*, *Replanejando a natureza* e *Instituições e políticas que influenciam o ambiente*.

Ao contrário de obra similar, editada em 1994 por Carolyn Merchant, *Ecology - Key concepts in critical theory*, o *Sage Handbook* é uma obra cujo núcleo duro está nas discussões econômicas e políticas, o papel das instituições na elaboração de políticas públicas para o ambiente e desenvolvimento; ou seja, confere pouco espaço para discussões sobre o caráter cultural, histórico e filosófico da relação indivíduo/sociedade e natureza.

Os autores ao privilegiarem os aspectos econômicos, políticos e institucionais terminam por abordar transversalmente as questões éticas, filosóficas que formularão o próprio arcabouço jurídico que rege uma sociedade. Estão ausentes da obra expoentes das novas teorias ecológicas, perspectiva sistêmica que respalda a nascente ciência ambiental, daí autores como Capra, Lovelock, Shiva não aparecerem.

Pouco espaço é conferido a novos movimentos, um exemplo é o capítulo de Mary Mellor, que aborda a corrente teórica e o movimento político Ecofeminismo. No livro de Merchant a mesma temática ocupa uma seção inteira com cinco capítulos, aqui, as inúmeras correntes do movimento são apresentadas em um capítulo. O mesmo ocorre com discussões sobre Ética, restrita ao capítulo de Val Plumwood, perdido na seção *Conhecimento e Saber*.

A valorização de alguns aspectos como descritores privilegiados da relação sociedade e ambiente termina por secundar ou ainda descartar aspectos da espiritualidade, filosofia, psicologia e ética. A obra reserva, também,

pouco espaço às novas teorias sobre etnoconhecimento e a Ecologia da Paisagem.

A maioria dos 41 capítulos trata da sustentabilidade, a voz dissonante é Val Plumwood ao questionar: para quem? O planeta é também partilhado com outras espécies que, definitivamente, não existem para servir aos humanos, desenvolver para quem? A serviço e interesse de quem? De todos? Todos humanos ou todas as espécies? Há um limite claro que o antropocentrismo não ultrapassa. Sustentabilidade é primeiro um conceito econômico e, depois, político e social.

Gro Brundtland foi a primeira a vincular seriamente a pobreza e seus efeitos sobre os recursos naturais e manejo inadequado, repensar os limites do crescimento, diferentes padrões de crescimento e justiça intergeracional. Mas a Agenda 21, que sucede o relatório e a conferência da Onu, é uma alternativa que pode ou não ser adotada pelos países, ou ser descontinuada pelos governos.

No quesito população, permanece o antagonismo entre a divisão tradicional, de um lado o fantasma do neo-malthusianismo, de outro, o discurso das “esquerdas” com a fórmula da educação como freio do aumento da população. Embora, o fator tempo seja desprezado, assim como a capacidade do ambiente; ou seja, a natureza disporia de tempo ilimitado para aguardar o processo de educação das massas excluídas, a despeito do aumento da pressão sobre os recursos naturais com o aumento do número de humanos no planeta, a despeito da diminuição das outras espécies e extinção de outras; para que os humanos ocupem todos os espaços.

A Sociologia ambiental está aprisionada na abordagem antropocêntrica que reduz o seu campo de visão, descarta aspectos vitais para a compreensão da relação homem/mulher/natureza. Talvez por isto, a Psicologia ambiental e mesmo Estudos da relação com o espaço, a Topofilia, a Biofilia têm apresentado contribuições inovadoras e avançadas nas pesquisas bem mais que a Sociologia.

Na discussão sobre as relações humanas com a natureza, ou como a organização social é moldada pela natureza, a sociologia refuta a idéia de que as formas de organização, estrutura social ou ação humana sejam dadas pela natureza.

As ações humanas são moldadas pela estrutura, que por sua vez, são socialmente construídas, portanto, passíveis de mudança. Reflexivamente, o comportamento humano com a natureza, ao ser redirecionando poderia provocar mudanças nas estruturas sociais. O papel do indivíduo, da volição, da ação faz parte da eterna tensão existente entre estrutura e ação. A estrutura como instituições e forças ideológicas (posição social, práticas institucionais e fontes de opressão) que moldam e constroem a vida das pessoas; e ação como esforços individuais e coletivos para resistir às circunstâncias opressivas e agir para moldar a própria

¹ Profª PPGS e PRODEMA/UFPB

vida. O comportamento humano não é inerentemente dado, é moldado por estruturas sociais e mutável ao longo da história.

A longa ausência da sociologia na discussão ambiental é explicada pela necessidade de manter sua legitimidade enquanto modelo explicativo de realidade desligado da matriz do determinismo geográfico que assomava como um espectro a nova ciência. Porém, os rumos da história exigiram que a sociologia se debruçasse sobre a temática que rejeitara, ciosa por uma identidade científica. Era preciso compreender os novos movimentos sociais que emergiam na década de 70, entre eles, o ambientalismo.

A história social é uma ordem distinta da realidade não explicada em termos de ciência biológica, fenômenos como desenvolvimento industrial, desigualdade social, crime, suicídio, divisão de gênero não são entendidos senão por causas socioculturais, não sendo herança racial, genética ou construção fisiológica.

Esta foi a base da separação entre ciências sociais e as ciências da vida. Natureza e cultura seriam esferas distintas sem conexão entre si.

Os clássicos da sociologia têm em comum a visão da ordem social e cultural como realidade irredutível a esfera biológica. A resistência às explicações biológicas aumenta ainda mais no século XX, em consequência do nazismo e suas “teorias” de raça superior. Não é por acaso que correntes humanistas refutam e desconfiam do ecologismo, colocando-o até como nova face ou expressão do nazismo, acusação tão demencial quanto o próprio nazismo.

Novos movimentos sociais, que explodem na década de 60, surgem para desafiar a igualdade estabelecida entre sexo e gênero, temas como natureza e natural passam a ser suspeitos, uma vez que usados pela ideologia dominante para justificar a opressão de alguns segmentos. Posteriormente, o Ecofeminismo haverá de dirimir essa tensão revelando que não existe incompatibilidade, mas complementaridade entre lutas pela emancipação da mulher e da natureza, sem cair na esparrela essencialista.

A sociologia estabeleceu o direito de existir como disciplina a partir da separação radical entre as esferas do natural e cultural, o século XXI trouxe-lhe um novo desafio. Agora, encontra-se sob pressão para produzir um saber sobre a interconexão entre processos naturais e vida social.

A dominação da natureza pelo homem foi pressuposto partilhado pelas diferentes escolas de pensamento, presente tanto nas ideologias de esquerda e direita, liberal, conservadora ou revolucionária. As propostas de libertação e emancipação se resumem aos humanos. Tal premissa passa a ser questionada pelos novos movimentos dos anos 70, do ponto de vista político, e também moral. O resultado mais visível destes movimentos foi o alerta para as sociedades e governos dos efeitos da poluição e a revisão da legislação

de proteção ao meio ambiente. Até o presente, vemos a discussão sobre a redução das emissões de carbono, tarefa aceita por (praticamente) todos, concentrando a discórdia no prazo para efetivação da redução. Observa-se, nessa postura, uma aposta na tecnologia para sanar os males da poluição e não um redirecionamento da visão produtivista.

O movimento ambientalista é diferente dos outros, não tem raiz no socialismo ou na doutrina liberal, ele é moldado em novo paradigma, ou mesmo, aparádigmático. Ele representa ruptura com as teorias sociais. Já, a sociologia ambiental tem o foco na relação sociedade-natureza, a passividade da natureza é a base em que se perpetra a ação humana. Em outras palavras, é herdeira do antropocentrismo que funda o humanismo desde o iluminismo.

O Ecologismo existe para impedir a destruição da natureza pela sociedade, ao mesmo tempo, alerta para as consequências desta destruição para a sociedade.

O que conforma a relação entre sociedade e natureza?

Na perspectiva marxista, as relações econômicas, a organização capitalista da produção demanda e define os usos da natureza, no bojo da expansão contínua da produção para novas áreas, leva a destruição contínua da natureza. O meio natural físico e biológico seria o limite imposto ao capitalismo destrutivo e insustentável por natureza. Ou seja, a insustentabilidade compromete o próprio capitalismo, por isso as teorias da modernização ecológica consideram a tecnologia como a redentora deste impasse.

O socialismo, cuja base também é o industrialismo e o produtivismo redimensionado para outra finalidade que não a apropriação do lucro privado, é solenemente poupado por uma série de autores críticos do produtivismo capitalista, ameaçador ao ambiente. Desde quando o modelo de apropriação da natureza teve efeitos menos deletérios no modo de produção socialista? Há a saída pela tangente que afirma que o socialismo nunca existiu de fato, permanecendo uma utopia, porém utopia não partilhada pelos novos movimentos que têm base teórica e utopias distintas. São múltiplas utopias ecológicas, estendem-se da Biofilia, que entende o lugar verde como curativo para a saúde mental em qualquer contexto social, à sacralidade do espaço selvagem (Muir e Thoreau), almeja uma nova filosofia na relação com a natureza, revendo as bases da cultura, resgatando os valores da natureza, visões orgânicas da conexão indivíduo /natureza, em que somos parte conectada e afetada.

Todavia, o ecologismo não é um movimento homogêneo, ao contrário, é multifacetado e fraturado por uma cisão entre a conservação a favor de valores biocêntricos, tendo a natureza *status* de entidade independente de nós, que existe em si e per si; e uma visão pós-moderna, na qual a natureza

é construção cultural “a natureza existe com significado cultural construído por nós a partir de valores e significados mutáveis historicamente e nas diferentes culturas”.

As discussões sobre a validade das reservas, parques e áreas protegidas, são permeadas por essas percepções, acusam a prática da proteção de determinadas áreas de servir para justificar a deterioração do restante das áreas não protegidas. Mas, se conservar for uma medida dualista que separa e exclui o indivíduo do resto do mundo natural, isto é premissa do Ocidente, porque em inúmeras culturas se conciliam indivíduo/mundo natural agregando ainda o mundo sobrenatural. Nestas culturas, os mortos participam das atividades cotidianas, os entes da natureza povoam a vida das comunidades, pede-se licença para entrar na mata, no rio, extrair da floresta e do mar. A natureza não é exteriorizada como na civilização ocidental, vive-se uma relação integral, holística.

O *Sage Handbook of Environment and Society* divide-se em seções, na Seção I encontram-se capítulos sobre a história do pensamento ecológico no iluminismo clássico, no romantismo e o papel da natureza na integridade humana. Destaca o impacto das idéias darwinistas na formação das teorias sociais no cenário do desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX. Em contraposição, são traçadas conexões entre o anarquismo, a tradição libertária e o ecologismo.

O capítulo sobre o Ecofeminismo discute a ligação entre a expropriação e degradação da natureza com a opressão e subordinação da mulher. A premissa básica do movimento é que o mundo natural está intrinsecamente conectado e é interdependente da humanidade, que por sua vez, é gendrada. A ética que desconsiderar a natureza gendrada da sociedade, peca por não confrontar a estrutura da sociedade. A humanidade é parte do processo ecológico numa dinâmica interativa. Apresenta a *Deep Ecology* e a visão do indivíduo e da natureza como totalidade indivisível, com valor idêntico e coloca as críticas que essa visão suscitou. Há espaço para o ecossocialismo, a esquerda verde percorre Marx e Engels, em busca de contribuições para o movimento ecológico atual e explicação das causas da desigualdade global e degradação ambiental global. Ainda dedica-se ao confronto de velhas e novas éticas e da proposição de um universo moral expandido, como a inauguração da nova ética interhumana que contempla o direito dos animais e ecossistemas. Na esteira desta discussão, encontramos o antiecologismo, herdeiro do ceticismo científico.

Na Seção II, encontramos teorias da valoração do ambiente, a base econômica que subsume a escolha social do manejo ambiental, a opção social com base na deontologia competindo com a visão individualista. Abordagens como a comparação e o contraste na avaliação do impacto ambiental, o custo/benéfico e análise do impacto ambiental

no bojo da análise econômica. Também contempla as alternativas de valoração monetária do ambiente como um bem público com preço, valor de mercado.

A Seção III trata da produção do conhecimento resultante da mudança na forma como os indivíduos vêem o mundo, interação com este e com os outros. Surge a visão da ecologia, educação e planejamento na qual a natureza é um mestre, mentora da ação humana. Os planejadores atuam como contadores de histórias que falam ao espírito humano, conferindo uma dimensão mais espiritual à ecologia. Discute a abordagem sistêmica como geradora de um novo senso de mundo, o voluntariado ambiental como importante aspecto da cidadania no século XXI, um modo de efetivar o conhecimento científico através de práticas participativas nas diferentes esferas da sociedade. Por fim, analisa a diversidade biocultural, em face de sustentabilidade ecológica e cultural, e o papel das populações na manutenção do ecossistema, no contexto da paisagem, rede de conhecimento e sabedoria.

O capítulo 17, escrito por Val Plumwood, recentemente falecida na Austrália, é o ponto alto da seção, apresenta idéias que contestam a noção de sustentabilidade, questiona a perspectiva antropocêntrica embutida na construção do pensamento ambiental. Explora, critica a instrumentalização, o utilitarismo e o valor monetário ao que não tem preço: a natureza. As relações interespecíficas estariam no centro da ética ambiental, e com isto se refaz o próprio conceito de identidade humana.

A Seção IV explora a distribuição, risco, perdas e ganhos e acesso aos recursos, a democracia representativa e soluções para problemas ambientais no âmbito da ação coletiva. Aborda a revolução genômica, extrapolando o campo da biologia, trazendo novas questões políticas para a política; biopirataria, transgênicos e a percepção dos bens públicos dentro de determinada lógica cultural, por exemplo, o pântano sempre foi tido como insalubre, hoje é visto como um purificador da água. Retoma a ativismo ecológico no plano político, o conservacionismo, o ecoambientalismo e o ecologismo radical, a ação direta, alianças e projetos. Finalmente, destaca a universalidade do conceito de desenvolvimento sustentável e o vazio de conteúdo de seus múltiplos significados.

A Seção V trata da tecnologia ambiental, da dimensão humana na mudança ambiental global, dos aspectos da saúde ambiental nas dimensões físicas, mentais e espirituais. Destaca a influência dos movimentos na história das ações que trouxeram efetividade de mudanças na poluição do ar e outros impactos ambientais. Discute técnicas de bioremediação como solução para os solos degradados, com solução ecologicamente viável e o impacto da agricultura nos ecossistemas, com alternativas para a reconfiguração produtiva ambientalmente sensível e levando em conta a equidade social. Finaliza abordando o consumo de

alimentos sustentável, o comércio verde e o papel dos supermercados na mudança de consumo.

A Seção VI discute projetos que redesenham relações com a natureza, como o paradigma da saúde ecossistêmica, vitalidade, resiliência e a conexão entre o social e o biológico. A idéia de segurança humana vista sob a ótica da degradação é relativizada e apresentada nas suas variações políticas, um discurso poderoso manipulado politicamente. Os espaços diferenciados e as origens biológicas, históricas de interação e interdependência entre sociedade e natureza que a sociedade industrial dissocia entre relação humana e não humana. Discute a relação entre mudança social e conservação da natureza, como no capítulo 35, que trata do estudo de recifes de coral sob pressão humana e busca solução de manejo da maior estrutura natural do planeta e habitat de milhares de espécies.

Conclui com a Seção VII, focada nas questões que envolvem as instituições que formulam políticas que afetam o meio ambiente. O papel designado à ciência e ao cientista na política ambiental. Discute oportunidades econômicas para as comunidades tradicionais, a partir do manejo dos recursos naturais garantir condições de existência de forma ecológica, o papel do ecoturismo e das grandes ONGs na adequação das práticas. Avalia-se que, com instituições corretas, regras e limites, é possível para as comunidades manejar os recursos por longo tempo sem provocar degradação.

O livro traz um capítulo sobre o princípio precaucionário da governabilidade ambiental e a tensão entre conservação de biodiversidade e valores econômicos. Concluindo com Beck e a percepção social do risco e a projeção desta nova realidade na sociabilidade pós-moderna.

WALDMAN, Maurício. Meio Ambiente & Antropologia. São Paulo: Ed Senac. 2006 (Série Meio Ambiente 6)

Maristela Oliveira de ANDRADE¹

O título em apreço é o sexto da Série Meio Ambiente da Editora do SENAC, coordenada com apuro e competência por José de Ávila Aguiar Coimbra, que me presenteou com um exemplar, ao saber de minha ligação com o tema. Devo dizer que graças à sensibilidade deste coordenador, o público interessado no estudo das inter-relações entre meio ambiente e diferentes campos disciplinares pode contar com valiosas contribuições. Destaco especialmente o que aborda a interface com a antropologia, pelo caráter inovador das reflexões produzidas no terreno.

Sua escolha por Maurício Waldman para tratar do tema foi extremamente acertada, em razão não só da formação multidisciplinar como da vivência dele na área ambiental, conforme se pode detectar das informações curriculares do autor. Ele é antropólogo, com formação também em sociologia e geografia, além de uma atuação profissional em instituições da esfera ambiental que lhe confere um perfil diferenciado dos antropólogos vinculados exclusivamente a instituições acadêmicas. Com esta trajetória é possível compreender melhor suas escolhas teóricas e metodológicas no campo do pensamento antropológico, para lidar com a problemática ambiental pela grande familiaridade adquirida através da sua experiência acumulada em distintas instituições ambientais e organizações não-governamentais.

Neste sentido, é preciso destacar o enfoque dado neste livro em que o autor procura definir o campo da antropologia ambiental, contrapondo-se a perspectiva da antropologia ecológica, abordada por Walter Neves (1996). De fato, toda a argumentação do seu livro parece ter sido motivada para demonstrar que a contribuição da antropologia para análise das relações entre cultura e natureza ou ambiente e sociedade, deve se basear em outros critérios que não os habitualmente empregados, pela antropologia ecológica.

Para desvendar o território dessa nova corrente da antropologia, ele reconhece diferentes formas de interação entre homem e natureza, afirmando que (p.22): “esse itinerário se distancia e muito, por exemplo, da antropologia ecológica, corrente gestada com base nas especulações da antropologia biológica.” Sua perspectiva de análise supõe uma rejeição a esta modalidade de estudo que confundiria processos sociais com biológicos, dando preponderância a esses em detrimento dos primeiros.

A antropologia ambiental se insere em um horizonte mais recente, sob a influência dos debates em torno da crise ambiental das últimas três décadas. Embora, a percepção da crise e da responsabilidade das ações humanas nos processos de destruição e degradação ambiental, tenha se aguçado ultimamente, Waldman destaca que tais ações do homem vêm gerando, há muito tempo, desequilíbrios no meio ambiente, tendo provocado o desaparecimento de civilizações inteiras. Sendo clássicos os exemplos dos núbios no Egito, dos maias na meso-américa, e da civilização da Ilha de Páscoa no Pacífico.

Isto significa que nem sempre comunidades tradicionais conseguem estabelecer formas equilibradas de convívio com seu meio natural, provocando crises ambientais devastadoras, porém de efeitos localizados. Contudo, ele ressalta que nunca tal ameaça de destruição foi sentida em escala global envolvendo toda a biosfera, quanto agora.

Por outro lado, ele ressalta o abandono pelo homem de territórios antes ocupados, que são mais tarde recolonizados

¹ Profa. Depto. Ciências Sociais (área de antropologia) PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba

pela natureza, através de uma nova cobertura de solo e vegetação, vindo a produzir uma aparência de ambiente natural. A estas formações tem se empregado o termo *tels*, conforme comentário a seguir (p.66-67): “Tal denominação – cuja raiz significa ‘colina’, nas línguas semíticas – constitui atualmente parte indissociável do jargão científico dos arqueólogos. (...) para denominar as elevações artificiais do relevo originadas por sucessivas ocupações humanas, assentadas umas sobre as outras.”

Embora a biologia e a geografia se revelem como os campos disciplinares considerados mais diretamente correlacionados e habilitados para interpretar o debate ambiental, a antropologia pelo seu longo percurso em torno das relações entre natureza e cultura, tem produzido metodologias para responder indagações a respeito dos limites que indicam quando emerge a cultura e a natureza se afasta. Limites esses que terminam por constituir-se o cerne filosófico do debate antropológico, cujo papel do antropólogo é assim traduzido por Waldman (p.33): “o antropólogo procura, antes de tudo, determinar em que momento e de que maneira os humanos se afirmam como diferentes da natureza, fazendo o mundo cultural surgir.”

Desta forma, começa por estabelecer a delimitação da antropologia ambiental a partir da reflexão antropológica em torno da relação cultura e natureza, sob o enfoque de uma temporalidade que remete às culturas tradicionais e pré-capitalistas em contraste com a civilização moderna. Daí afirmar que (p.54): “É com base nesses relacionamentos entre cultura e meio natural que podemos discernir dinâmicas absolutamente opostas às que triunfaram no mundo ocidental, podendo ser identificadas tanto na concretude quanto no imaginário das sociedades do passado.”

Insistindo sobre o papel das intervenções humanas orientadas por códigos e sistemas simbólicos sobre o meio natural, detecta a presença em ecossistemas naturais de traços importantes destas intervenções. Exemplos delas podem ser observados como fruto da influência de crenças e práticas sobre o ordenamento, classificação e até extinção das espécies presentes no meio natural, conforme a interpretação formulada por Waldman a seguir (p.113):

Concepções de fundo cultural, como as totêmicas desempenham um papel fundamental na intervenção no meio natural, conduzindo a opção por certos traços ou emanações da naturalidade e excluindo, a priori, os demais. Práticas e prefigurações culturais relacionadas com a reprodução social do mundo “primitivo” – entre as quais poderíamos mencionar o mana e o potlatch – terminaram favorecendo a difusão ou mesmo a extinção, de diversas espécies.

Ele enxerga o homem tradicional conectado com a natureza e com o cosmo, através de uma mentalidade mística e não apenas por formas de relacionar-se com eles em sua vida material. Neste sentido a esfera do sagrado assume

papel preponderante na consciência social de comunidades tradicionais, na orientação de certas interdições em áreas de caça e de pesca que acabam por repercutir na produção de espaços aparentemente “intocados” ou naturais. Embora produzidos a partir de decisões culturais, esses espaços são apreendidos como resultantes de influxos da natureza.

Uma vez que a antropologia vem produzindo conhecimentos igualmente na esfera das sociedades urbanas contemporâneas, ele propõe levar a reflexão antropológica para o contexto da modernidade, em que mais uma vez busca critérios fora da dimensão da racionalidade puramente econômica ou instrumental como o fizeram os antropólogos ecologistas. Aliás, a crise ambiental é vista não apenas como fruto do modo capitalista de exploração dos recursos, mas principalmente como fruto de uma nova visão do mundo dessacralizado e despaganizado, de modo que o mundo teria perdido um “suporte ontológico e de percepção do real”. A crise ambiental teria, portanto, suas raízes numa crise metafísica (p.129).

Apoiado nas análises de Giddens sobre as transformações da modernidade, identifica mudanças radicais na percepção do tempo social, especialmente no âmbito das sociedades européias. Contudo procura estabelecer relações entre tradição e modernidade, inspirado nas abordagens de Balandier sobre a África. Ao contrastar a sociedade moderna com as comunidades tradicionais identifica nas últimas o diálogo com a natureza e uma sensibilidade frente ao cosmos, ausentes na modernidade.

O debate da cultura torna o antropólogo um importante interlocutor na discussão da diversidade cultural em paralelo a diversidade biológica, uma vez que ambas encontram-se conectadas sob determinadas circunstâncias, como já salientado ao longo do livro. Contudo, a perspectiva da antropologia em contexto urbano, especialmente nas megalópoles, evidencia a diversidade de modos de vida, em que as favelas do terceiro mundo se apresentam, como grave problema de desequilíbrio, não apenas social como ambiental.

No meio urbano, o autor destaca que a base conceitual da antropologia ecológica se mostra inteiramente descontextualizada para o emprego de noções como “adaptabilidade humana”, “situação climax” “interação com sistemas ecológicos” etc. próprios desta abordagem. A crise ambiental em espaço urbano exige uma outra abordagem com um quadro conceitual diverso, por considerar o aporte conceitual relativo às ciências naturais inadequado para uma aplicação a esta realidade.

Finalmente, propõe uma convergência entre a ecologia e a economia, a partir de uma reflexão em torno da noção de *oikos*, cuja referência seria o estudo da casa ou do hábitat. No âmbito da ecologia tal noção é concebida a partir de princípios que enfatizam o equilíbrio e a harmonia, supondo, segundo o autor, um universo social amorfo.

Por outro lado, ele lembra que o estudo da casa remete igualmente à economia, entendida no sentido de um estado permanente de limitação da satisfação de necessidades em face de recursos limitados, daí porque defende (p.223): “uma economia que honre sua origem etimológica deve se assumir enquanto uma economia ecológica, assim como uma ecologia coerente também deve se prontificar enquanto uma ecologia econômica”.

O oikos marcado por múltiplos focos identitários, resulta agora numa civilização moderna de abrangência planetária integrada por uma única família humana dividindo o mesmo espaço, sugerindo ao autor a visão da Ilha de Páscoa em escala ampliada à dimensão do planeta. Diante deste cenário interroga se haveria uma base cultural a ser decodificada, na qual apoiar uma nova relação solidariamente comprometida com a natureza e com os outros. Propõe em última análise a construção de um oikos comum em que não haja mais lugar para o homem artificialmente dividido.

Notícias

“TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: de rural a metropolitano”

Trata-se do primeiro livro da Coleção “Território e Desenvolvimento Sócio-Ambiental” a cargo de professores vinculados aos cursos de mestrado em planejamento territorial e desenvolvimento social (1) e planejamento ambiental (2) da Universidade Católica do Salvador, na Bahia.

O livro é o resultado de três anos de pesquisas relacionadas a uma linha de estudos que relaciona o território com o desenvolvimento social e a sustentabilidade. Assim sendo, examina a dinâmica social presente nos processos histórico e produtivo e suas vulnerabilidades de caráter social e ambiental.

O livro expressa um compromisso social das ciências no sentido de construir conhecimentos sobre as questões territoriais em seu potencial favorável à melhoria das condições de vida no planeta.

O livro constitui-se de duas partes sendo a primeira relativa ao processo de territorialização (natureza, diversidade e tensões) e uma segunda parte que versa sobre os aportes para um planejamento municipal sustentável.

Os autores, Professora Cristina Maria Macedo de Alencar, economista com doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade e o arquiteto Peter José Schweizer, com doutorado em engenharia urbana, são professores adjuntos na Universidade Católica do Salvador, na Bahia onde conduzem pesquisas relacionadas à dinâmica urbana e rural e os fenômenos vinculados à metropolização.

A editora é paulista (Alínea Editora) cujo site é www.atomoealinea.com.br e está sediada em Campinas